



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
GABINETE DA CORREGEDORIA REGIONAL

Of. Circular nº 429/2017 - CR

São Paulo, 11 de janeiro de 2017.

A Sua Excelência o (a) Senhor (a)  
Juiz (a) de Vara do Trabalho

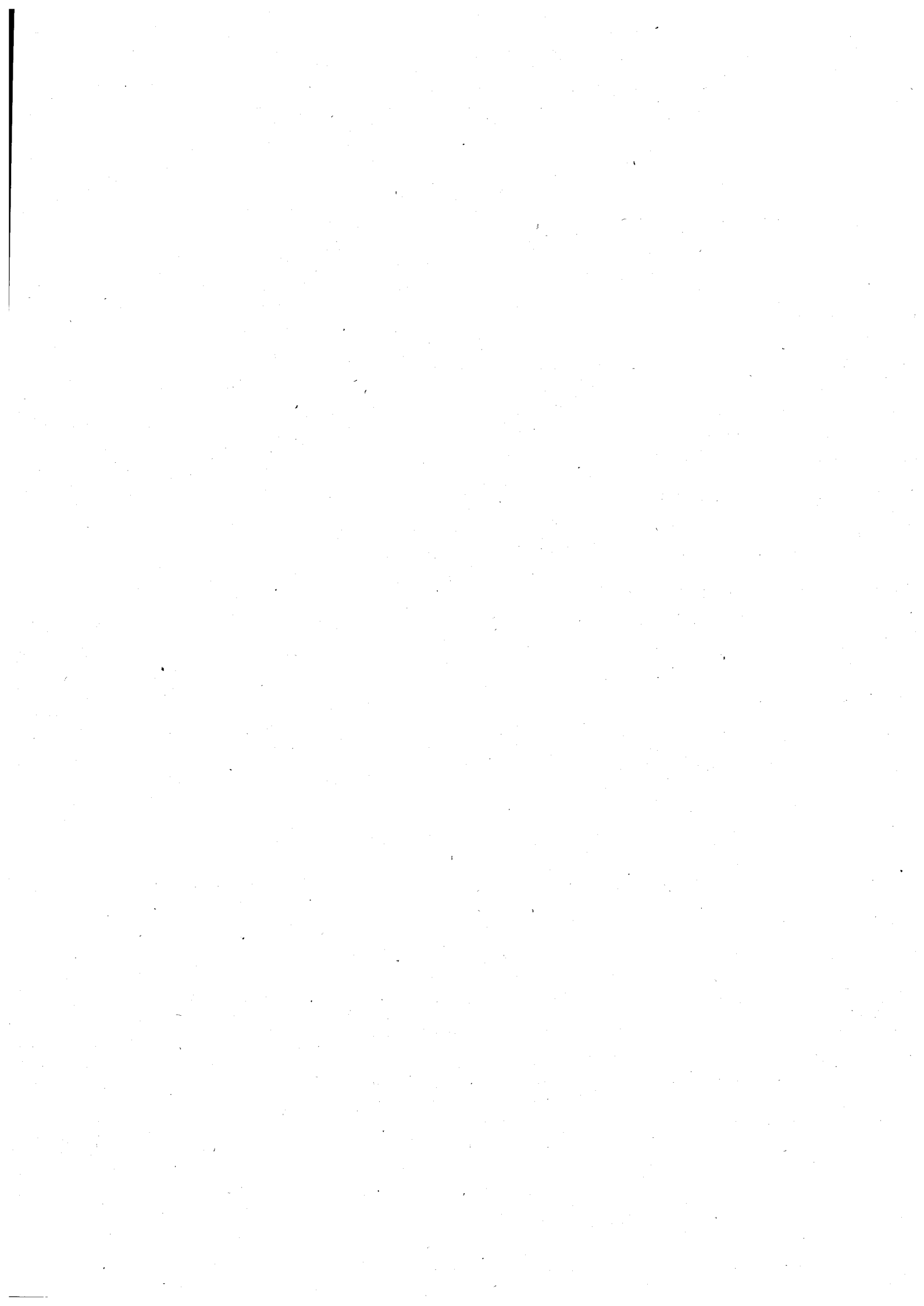
Assunto: Recomendação quanto à não inclusão da Advocacia-Geral da União no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Senhor (a) Juiz (a)

Por meio do presente, seguindo as diretrizes expostas pelo Excelentíssimo Senhor Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Renato de Lacerda Paiva, nos autos do Pedido de Providências nº TST – PP – 26353-96.2016.5.00.0000, recomendo a Vossa Excelência que não proceda à inclusão do nome da Advocacia-Geral da União no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, haja vista constituir Órgão da Administração Pública Direta, sem personalidade jurídica própria.

Aproveito o ensejo, para apresentar protestos da mais elevada estima, consideração e apreço.

  
**JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA**  
*Desembargadora Corregedora Regional*





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**CORREGEDORIA REGIONAL**

**Ref.: Ofício nº 423/2016 SECG CGJT PROC – malote digital**

**CONCLUSÃO**

Nesta data, tendo em vista o recebimento do malote digital acima mencionado, faço concluso o presente expediente à Exma. Sra. Desembargadora Corregedora Regional, Dra. Jane Granzoto Torres da Silva.

São Paulo, 09 de janeiro de 2017

Gisele Helena Nonato  
Subsecretária da Corregedoria Regional

Expeça-se Ofício Circular aos Excelentíssimos Juízes de Vara do Trabalho recomendando que não procedam à inclusão do nome da Advocacia-Geral da União no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, haja vista constituir Órgão da Administração Pública Direta, sem personalidade jurídica própria.

Providencie, ainda, a Secretaria da Corregedoria, a expedição de ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho comunicando a providência adotada.

Após, archive-se o presente expediente em pasta própria da Secretaria.

São Paulo, 11 de janeiro de 2017.

**JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA**  
*Desembargadora Corregedora Regional do TRT da 2ª Região*





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
PODER JUDICIÁRIO

## MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 50020168986481

Nome original: TST - Despacho.pdf

Data: 16/12/2016 15:25:31

Remetente:

HUGO

SCG - SECRETARIA DA CORREGEDORIA-GERAL

Tribunal Superior do Trabalho

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: OF. n.º 423 2016 SECG CGJT PROC Encaminhamento de despacho e petição inicial



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PROCESSO N° TST-PP-26353-96.2016.5.00.0000

Requerente: **UNIÃO**

Procurador: Dr. Mario Luiz Guerreiro

Requerido : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO**  
Requerido : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
Requerido : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO**  
Requerido : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO**  
Requerido : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO**  
Requerido : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO**  
Requerido : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO**  
Requerido : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO**  
Requerido : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO**  
Requerido : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO**  
Requerido : **TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO**

**D E S P A C H O**

Trata-se de Pedido de Providências (seq. 01, págs. 01/25), com pedido liminar, em que a requerente se insurge contra a sua inscrição no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme comprovação constante da certidão de débitos trabalhistas acostada à presente petição.

A requerente informa que sua inclusão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas vem criando diversos problemas na órbita de sua gestão administrativa, a exemplo da impossibilidade de celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o SERPRO ou ainda a inviabilidade na participação de chamada pública da CEB DISTRIBUIÇÃO S.A.

Assevera que "a Advocacia-Geral da União não pode ser inscrita no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, na medida em que é órgão da União, fazendo parte da Administração Pública Federal Direta, não possuindo, pois, personalidade jurídica própria" (seq.01, págs. 3/5).

Ressalta que é desta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a competência para a apreciação do referido feito, na medida em que se discute "atos praticados por magistrados vinculados à diversos Tribunais Regionais do Trabalho e da necessidade de orientação destes tribunais" (seq. 01, pág. 7), citando, para fundamentar o seu ponto de vista, os incisos I e II do artigo 9º da Resolução Administrativa n° 1470/2011 e o Provimento n° 2/2012 da



**PROCESSO N° TST-PP-26353-96.2016.5.00.0000**

Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho.

Salienta que, em todas as ações elencadas na certidão positiva de débitos, consta como parte executada do processo a União, conforme comprovam as cópias de andamentos processuais em anexo. Assim, considerando-se que a Advocacia-Geral da União faz parte da Administração Pública Direta Federal e que os órgãos públicos não possuem personalidade jurídica nem vontade próprias, "constitui grave equívoco a inclusão do seu nome no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas" (seq. 01, pág. 9), haja vista que a Advocacia-Geral da União é um órgão da pessoa jurídica União:

Afirma que "os montantes devidos pela União são requisitados pelo Poder Judiciário para previsão de dotações orçamentárias presentes na lei orçamentária anual, sendo fato notório que a União cumpre rigorosamente os prazos previstos constitucionalmente para pagamento dos seus débitos, e, portanto, sequer seria o caso da União ser incluída no referido sistema" (seq. 01, pág. 11).

Adverte para o fato de que "os Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 8ª, 9ª, 10ª, 15ª e 18ª Região não estão observando as determinações da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na medida em que diversas Varas do Trabalho, das respectivas jurisdições territoriais, estão incluindo indevidamente a Advocacia-Geral da União no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas" (seq. 01, pág. 11).

Finalmente, por entender que se encontram presentes a fumaça do bom do direito, na medida em que a Advocacia-Geral da União constitui apenas um órgão da União sem personalidade jurídica própria, razão pela qual não poderia ser incluída na condição de executada inadimplente do Banco de Devedores Trabalhistas, e o periculum in mora, haja vista que a requerente está sendo impedida de praticar diversos atos administrativos, requer, em caráter liminar, que o nome da Advocacia-Geral da União seja excluído do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, diretamente pelo Tribunal Superior do Trabalho ou, na forma prevista no artigo 2º, § 2º, da Resolução Administrativa nº 1470/2011, comunicando-se aos Juízos de origem, conforme listado na presente petição.

Suplica ainda que seja declarada a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho por parte da Advocacia-Geral da União e, ao final, que "sejam expedidas recomendações aos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 8ª, 9ª, 10ª, 15ª e 18ª Região, no sentido de orientarem os juízes do



PROCESSO Nº TST-PP-26353-96.2016.5.00.0000

Trabalho, titulares de varas ou substitutos, das respectivas jurisdições territoriais, para não incluir o nome da Advocacia-Geral da União no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, considerando que este órgão não tem personalidade jurídica própria e que tem por missão institucional representar judicialmente e extrajudicialmente a União" (seq. 01, pág. 25).

**Análise.**

Com efeito, deve-se registrar, inicialmente, que a disposição contida no artigo 9º, inciso II, da Resolução Administrativa nº 1470/2011 (Alterada pelo Ato TST.GP Nº 772/2011 e Ato TST.GP Nº 1/2012) atribui à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a fiscalização e orientação dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Corregedorias Regionais acerca do cumprimento da aludida Resolução e, em especial, no que concerne à obrigatoriedade de inclusão e exclusão dos devedores no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Saliente-se ainda que a determinação contida no caput do artigo 2º da mesma Resolução Administrativa acima citada, no sentido de que "A inclusão, a alteração e a exclusão de dados no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas serão sempre precedidas de determinação judicial expressa, preferencialmente por meio eletrônico", não nos conduz ao entendimento de que esta "determinação judicial expressa" cuide especificamente de ato de cunho jurisdicional, tratando-se, em verdade, de ato meramente administrativo, por constituir apenas obrigação de fazer atribuída ao magistrado trabalhista.

Destarte, levando-se em conta as premissas acima fixadas, conclui-se que esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho pode orientar os Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho para que cumpram fielmente as disposições estampadas na multimencionada Resolução Administrativa nº 1470/2011.

No presente caso, verifica-se que, de fato, diversos Tribunais Regionais do Trabalho estão incluindo a Advocacia-Geral da União no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, em razão do inadimplemento de obrigações estabelecidas em processos trabalhistas, conforme atesta certidão positiva de débitos trabalhistas acostadas à presente petição (seq. 01, págs. 17/21).

Ocorre que, conforme preconiza o caput do artigo 131 da Constituição Federal, "A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos





**PROCESSO N° TST-PP-26353-96.2016.5.00.0000**

da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo". Nesta mesma toada, a Lei Complementar n° 73, de 10 fevereiro de 1993, a qual institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências, estabelece em seu artigo 1° que a Advocacia-Geral da União é a instituição que representa a União nas esferas judiciais e extrajudiciais.

Por sua vez, João Carlos Souto, ao comentar o **caput** do artigo 131 da Constituição Federal acima citado, vaticina que "O constituinte, num único artigo, ao mesmo tempo conciso e abrangente, dotou a União Federal de um **órgão jurídico próprio**, sepultou a representação do Ministério, açambarcou as Consultorias Jurídicas dos Ministérios e vinculou à nova instituição as Procuradorias das autarquias e fundações públicas" (in A União Federal em Juízo, Editora Lumen Juris, 3ª edição, Rio de Janeiro, 2006, p. 43).

Ademais, as pessoas jurídicas de direito público interno encontram-se devidamente elencadas no artigo 41 do Código Civil, cujo conteúdo encontra-se abaixo transcrito, vejamos:

- "Art. 41. São pessoas jurídicas de direito público interno:
- I - a União;
  - II - os Estados, o Distrito Federal e os Territórios;
  - III - os Municípios;
  - IV - as autarquias;
  - IV - as autarquias, inclusive as associações públicas; (Redação dada pela Lei n° 11.107, de 2005)
  - V - as demais entidades de caráter público criadas por lei".

Deste modo, a partir da análise dos elementos acima apontados, infere-se que a Advocacia-Geral da União constitui um órgão da Administração Pública Direta, o qual tem por finalidade precípua representar judicial e extrajudicialmente a União, não possuindo, portanto, personalidade jurídica própria, razão pela qual não poderia ter o seu nome incluído no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

A tese acima ventilada se reforça, inclusive, por conta do fato de que em diversos andamentos processuais acostados à presente petição, relativos a processos trabalhistas que ensejaram a inscrição da Advocacia-Geral da União no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, constam como parte executada da demanda a União, a qual possui personalidade jurídica de direito público e detém a legitimidade para figurar no polo passivo das respectivas ações, e não aquele órgão



**PROCESSO Nº TST-PP-26353-96.2016.5.00.0000**

componente da Administração Pública Direta (Advocacia-Geral da União).

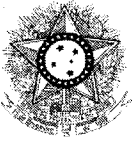
Portanto, em razão da atribuição conferida à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho pelo artigo 9º, inciso II, da RA nº 1470/2011, já anteriormente citada, para fiscalizar e orientar os Tribunais Regionais do Trabalho e as Corregedorias Regionais acerca do correto cumprimento da referida Resolução Administrativa, mais especificamente quanto à obrigatoriedade de inclusão e exclusão dos devedores no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, expeço orientação aos dignos Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho no sentido de que recomendem aos juízes do trabalho, titulares de varas ou substitutos, que, seguindo as diretrizes expostas no presente Pedido de Providências, não incluam o nome da Advocacia-Geral da União no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, haja vista constituir órgão da Administração Pública Direta, sem personalidade jurídica própria.

No tocante aos demais pedidos formulados pela requerente, relativos à exclusão do nome da Advocacia-Geral da União do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas diretamente pelo Tribunal Superior do Trabalho ou mesmo na forma prevista no artigo 2º, § 2º, da Resolução Administrativa nº 1470/2011, de modo que se comunique diretamente aos juízos de origem e ainda concernentes à declaração de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho por parte da Advocacia-Geral da União, caberá à requerente insurgir-se acerca destas específicas questões perante as respectivas Varas do Trabalho que tenham determinado a sua inclusão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Neste passo, caso os juízos trabalhistas profiram decisões em desconformidade com a orientação ora expedida por esta Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a qual será devidamente comunicada a todas as Corregedorias Regionais do Trabalho, deverá tal questão ser levada à Corregedoria Regional correspondente, a fim de que se dê observância às diretrizes estabelecidas na Resolução Administrativa nº 1470/2011, bem como na mencionada orientação.

**CONCLUSÃO**

Assim, nos termos do artigo 20, III, do RICGJT, e do artigo 9º, inciso II, da RA nº 1470/2011 julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTES** os

Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/validador> sob código 10019660DECIC3285.



**PROCESSO Nº TST-PP-26353-96.2016.5.00.0000**

pedidos veiculados no presente Pedido de Providências para expedir orientação aos dignos Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho no sentido de que recomendem aos juízes do trabalho, titulares de varas ou substitutos, que, seguindo as diretrizes aqui expostas, não incluam o nome da Advocacia-Geral da União no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, haja vista constituir órgão da Administração Pública Direta, sem personalidade jurídica própria.

Dê-se ciência do inteiro teor desta decisão à requerente e aos Desembargadores Corregedores de todos os Tribunais Regionais do Trabalho, por meio de Ofício, com cópia da petição inicial.

Publique-se.

Brasília, 16 de dezembro de 2016.

Firmado por assinatura digital (MP 2.200-2/2001)

**RENATO DE LACERDA PAIVA**  
Ministro Corregedor-Geral da Justiça do  
Trabalho

Este documento pode ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tst.jus.br/validador> sob código 10015660D0E103255.

